

# O COLÉGIO CARAÇA: A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO E A LÍNGUA IMAGINÁRIA<sup>1</sup>

**Mariza Vieira da Silva**

Universidade Católica de Brasília

*RESUMO: Este artigo apresenta um estudo cujo objeto é o Colégio católico Caraça, que funciona desde 1820 em Minas Gerais. A autora analisa alguns textos (pedagógicos, jornalísticos e outros), a partir dos quais dá visibilidade a aspectos da constituição discursiva das práticas pedagógicas, especialmente no que diz respeito ao modo como essas práticas produzem normatividades. Nessa relação, procura compreender como os dizeres do e sobre o colégio produzem uma identidade de sujeito para o aluno.*

*ABSTRACT: This article presents a study whose object is the catholic school Caraça which has been open since 1820 in the state of Minas Gerais. The author analyses some texts (pedagogic, journalistic and others), in which she shows some aspects of the discursive constitution of pedagogic practices, especially in what respects the way these practices produce normativeness. In this relation, she seeks to understand how the utterances said by the school and about it produce an identity of subject to the student.*

ESTE ARTIGO foi elaborado a partir de uma pesquisa que integra o Projeto “História das Idéias Lingüísticas no Brasil: Ética e Políticas das Línguas”, na linha de trabalho que trata das *Políticas Públicas, Ensino e Normatividades*, e busca compreender como se dá a produção de uma subjetividade específica na relação do sujeito com uma língua imaginária, no Colégio Caraça - que funcionou de 1820 a 1911 - enquanto um espaço institucional de produção de linguagem.

Na descrição e análise dos processos identitários e de subjetivação, partimos do pressuposto de que a Língua, o Conhecimento que sobre ela se produz e a Política estabelecem entre si relações fundamentais para a constituição do sujeito e a formação de uma sociedade, tomando como dispositivo de leitura e de interpretação a Análise do Discurso de linha francesa, apoiando-me principalmente nos trabalhos de Pêcheux e Orlandi.

Este Colégio fica situado numa área de 11.233 hectares, a mais de 1.400 metros de altitude, no centro do Estado de Minas Gerais, no Município de Santa Bárbara, a 120 km de Belo Horizonte, no chamado “quadrilátero ferrífero”, rodeado por empresas mineradoras, que exploram ferro, manganês, ouro, etc. Ele pertence à Congregação do Brasil (Lazaristas ou Vicentinos), com sede em Roma.

O Caraça, ao abrir sua escola em 1820 para as crianças e jovens do Brasil - no tempo de Império e da 1ª República - dá início à *primeira experiência de ensino médio sistemático no País*, após a expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759. Uma experiência que se propagou e serviu de referência para a criação e estruturação de outros colégios importantes como o de Congonhas do Campo, o Assunção em Ouro Preto, o de Campo Belo da Farinha Podre no Triângulo Mineiro, o Pedro II no Rio de Janeiro, que teve um dos diretores do Caraça, Padre Leandro Rebelo Peixoto, como Vice-Reitor por dois anos.

Em minha tese de doutorado observei que, ao buscar dar uma visibilidade discursiva à história da leitura e da escrita no Brasil colonial, vira emergir da escrita da história do Brasil, do dito reiterado sobre o “analfabetismo” e o “analfabeto”, a “alfabetização” e o “alfabetizado” como herdeiros de uma ordem simbólica que determina o herdado e as condições de sua produção, reprodução e transformação.

Via, naquele momento, uma temporalidade discursiva - histórica e inconsciente - ir-se construindo em filiações discursivas, em que esse outro que aponta para o sujeito-analfabeto, como aquele-em-que-falta-algo, estava sempre tendo que lidar com o fantasma desse *bruto que fala uma língua de brutos*, como uma pedra no meio do caminho para chegar a uma civilidade plena.

Hoje, neste trabalho que desenvolvo sobre o Colégio Caraça, volto a deparar-me com o processo de construção dessa outra temporalidade, que não a cronológica, em que se confrontam espaços históricos e sociais de produção de linguagem, que vão diluindo e apagando as diferenças entre as línguas e a língua e entre as histórias e a história, para se tornar um conflito entre métodos e técnicas pedagógicas.

O Discurso Pedagógico no/do Caraça se produziu em condições materiais específicas que irão lhe dar uma configuração própria e construir espaços de memória que farão o imaginário funcionar de determinada maneira. *Colégio e seminário* sustentam o funcionamento do tripé que desde o início esteve presente na obra de colonização-catequização dos

habitantes de nosso país: **ensino-língua-conversão**. E a análise inicial dos dados mostra como a Igreja Católica no Brasil manteve uma linha de continuidade conservadora ao longo de nossa história, como mantenedora da ordem e da paz social.

Essa retomada do ensino regular no País por parte dos lazaristas, chamados de “jesuítas”, por seus opositores, vai se dar justo no século XIX, em um momento histórico fundamental de formação da Nação brasileira. Vemos, então, uma unidade política e lingüística sendo construída sob o estandarte da Cruz.

Retomando a mensagem de boas vindas existente, hoje, no portão que dá acesso ao Caraça, podemos observar o funcionamento desse processo discursivo:

*Durante 150 anos, foi Colégio e Seminário a formar grandes homens para a Igreja e para a Pátria. Entre, pois, com respeito e gratidão. Admire a beleza da natureza e o trabalho do homem e coopere na conservação deste Patrimônio religioso e cultural.*

“Homem-Igreja-Pátria” estão desde sempre articulados, enquanto elementos constitutivos e constituintes da nacionalidade. Formar grandes homens significa formar grandes cristãos. Amor e respeito à Pátria estão no mesmo plano de amor e respeito a Deus. Igreja e Estado são poderes autônomos, mas um mesmo indivíduo deve se tornar cidadão e fiel. *Formar grandes homens para a Igreja e a Pátria*. Igreja e Pátria, sempre unidas, a perseguirem objetivos comuns e necessitando de homens que articulassem esses objetivos para construir uma nação com fisionomia própria: *homens sábios e eleitos de Deus*.

Mas, para esse sujeito que então se constituía, os planos terrenos e espirituais, embora se interpenstrassem, determinavam de forma conflitiva, e mesmo contraditória, a forma-sujeito. Dom Viçoso, que chegou a Superior-Mor da Congregação da Missão no Brasil, face as listas enormes de assinaturas pedindo para que se abolisse da Constituição do Império o seu artigo 5º que dizia “A Religião Católica, Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de Templo”, escreveu:

*São de muita importância os 179 artigos da nossa constituição com diferenças de que o art. 5º, posto em uma concha da balança, pesa mais que todos os outros 178 artigos postos na outra concha da balança. Os 178 artigos são regras de nossas ações, promovem a paz e o sossego nosso de telhas abaixo; mas, o art. 5º não só concorre para esse bem-estar neste mundo, mas também na vida eterna, para onde caminhamos.*  
(1965:115)

E a esses homens, 150 anos depois, devemos “respeito” e “gratidão”. Observamos, aí, uma articulação de formações discursivas sob o manto do ensino e do saber, em que um patrimônio de uma congregação religiosa se transforma em Patrimônio (com maiúscula) “religioso” e “cultural” de todos, que devemos ajudar a “conservar”, diz a mensagem de boas-vindas.

E quem são esses homens a quem devemos respeito e gratidão?

Presidentes e Vice-Presidentes da República, Governadores de Províncias e Estados, Senadores, Deputados, Ministros de Estado, Secretários de Estado, Desembargadores, Juiz do Supremo Tribunal de Justiça, Promotores de Justiça, Diplomatas, Militares, Bispos, Chefe da Revolução Liberal de 1842, Diretor do Observatório Astronômico, Diretores do Arquivo Público Mineiro, Diretor do Banco do Brasil, Reitor da Universidade do Distrito Federal, Membros de Academias de Letras (estaduais e municipais), Membros de sociedades científicas, fundadores e diretores de colégios, jornalistas, escritores, advogados, médicos, farmacêuticos, economistas, engenheiros, geólogo, cientista, músicos, maestros, compositores, professores, sacerdotes...

Na última legislatura do Império, em Minas Gerais, por exemplo, de uma bancada de 80 deputados, 21 eram ex-alunos do Caraça.

Se o Colégio Caraça foi o responsável pela formação de uma elite da sociedade brasileira nos séculos XIX e XX, responsável pela fundação e consolidação de nossas instituições, não é menos verdade que essa mesma congregação cuidou, também, da preparação dos outros segmentos sociais para ocuparem seus lugares nessa sociedade, como a contraparte necessária para o estabelecimento de determinada relação de interlocução com esses dirigentes e essas instituições.

O trabalho dos lazaristas atingia de igual forma, através de estratégias diversas, a outra ponta da sociedade brasileira, formada de outros homens: não sábios e não eleitos de Deus, que não são grandes homens, mas são

ignorantes e tementes a Deus. O Pe. José Tobias Zico, em seu livro “Caraça e a família imperial”, a propósito da doação de um vitral de 5 metros de altura, representando o Menino Jesus no Templo, feita por D. Pedro II quando de sua visita ao Caraça em 1881, diz que:

*Assim expressava D. Pedro a sua gratidão a uma “Comunidade Religiosa” que tem, como profissão, evangelizar o pobre povo do campo e formar a juventude nos Colégios e Seminários, dando, freqüentemente, ao país não só grandes vultos, nacionalmente conhecidos, mas muitos outros que aprenderam no Caraça a “servir a Deus, honrando a Pátria, e servir a Pátria, honrando a Deus. (1991:45)*

É interessante os efeitos de sentido que podemos extrair dos paralelismos “evangelizar” X “formar”, por um lado, e “pobre povo do campo” X “juventude”, por outro, considerando que ambos aprenderam a “servir a Deus, honrando a Pátria, e servir a Pátria, honrando a Deus”, porém, ocupando lugares determinados e distintos na sociedade. E o “pobre povo do campo” não se opõe ao rico povo da cidade, mas, sim, a uma “juventude”, genérica e abstrata, que indetermina o que vamos percebendo ser bastante determinado.

Observamos, ainda, que essa juventude genérica vai se determinado, ainda, mais, à medida que prosseguimos na leitura dos documentos, pois ficamos sabendo que nem todos que ingressavam no colégio ou no seminário ali permaneciam, conforme correspondência de um Diretor do Caraça dirigida ao Inspetor Geral do Ensino, no Império, em 1877:

*Quanto as artes de adorno, diminuto lugar ocupam em nosso programa, pois a pensão do Colégio é de 25\$000 (vinte e cinco mil réis) mensais, não nos permitindo fazer face às despesas de uma educação de luxo. Organizando o Colégio do Caraça, pelos moldes dos Estabelecimentos suntuosos da América do Norte ou da Europa, seríamos obrigados a despedir todos os 53 alunos pobres (gratuitos), atualmente a cargo do Caraça, sem falar de muitos outros cujas famílias não poderiam sustentar demasiadas despesas. Muitos dos nossos moços não concluem o seu curso de estudos, e a maior parte deles,*

*voltando ao seio de suas famílias, achar-se-iam deslocados, fora do seu elemento, deplorando, com estêreis lamentos, os hábitos de luxo, contraídos no Colégio. (1979:66 - grifos meus)*

Nessa rede discursiva em que se cruzam os discursos religioso, econômico, político, jurídico, pedagógico, constroem-se representações de nacionalidade, de cidadania, organiza-se em um outro patamar - o da Nação, da República, do Estado Moderno - a desigualdade existente. Vejamos uma citação de um historiador do Colégio, José Ferreira Carrato, analisando os frutos colhidos em sua primeira fase de funcionamento (1820-1842):

*Através do trabalho escolar e científico doutrinário, vai-se estabelecendo uma espécie de escola de pensamento e ação caracense, que vai selar, com seu timbre identificador, as jovens gerações que dali sairão, dentre as quais os padres, os bacharéis, os parlamentares, os administradores, os professores e demais elementos das classes liberais - enfim, a elite dirigente oitocentista - que conduzirão a vida política, econômica e cultural da Província de Minas, até quase às vésperas da proclamação da República. (grifos meus)*

*E que “timbre identificador” é este?*

*“... o forte dos ex-alunos caracenses é o bacharelismo... uma sólida formação humanística constante do melhor domínio da arte de falar e escrever bem, fundamentada em estudos intensivos da retórica, do latim e da língua pátria. Mais latim que tudo mais. O resultado desta mentalidade é um sujeito profundamente convicto de suas crenças religiosas, severo até à dureza moral, mas temperando convicções com certa bonomia quase dialética, a que não falta o respeito pelas convicções alheias; geralmente excelente conversador, muito bom orador, escrevendo com fluência e elegância; o formalismo um tanto frio de sua formação não permite que faça boa poesia,*

*embora possa, às vezes, versejar bem em latim. Teórico e livresco, raramente será um técnico, a não ser por inclinação natural, como foi o Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão.*

Vemos o delineamento de uma forma de individualização do sujeito em relação ao Estado que então se constituía. Na articulação das formações discursivas - religiosa, jurídica, científica e pedagógica - individualiza-se a forma sujeito histórica, produzindo diferentes efeitos na construção de uma (várias?) identidade nacional, em que o sujeito interpelado por uma ideologia que faz intervir o direito, a ciência, vê-se, contudo, ainda, interpelado por uma ideologia religiosa determinada por uma exterioridade superior.

E como formavam essa elite? Que lugar tinha a língua portuguesa nessa formação?

As análises feitas até o momento mostram que o uso de uma norma - que então se constituía - e o domínio de um determinado saber metalingüístico sempre foram condições necessárias para entrar e permanecer no Caraça. Isso leva-me a afirmar que colégios como esse tiveram papel decisivo na construção da língua nacional e na construção desse objeto imaginário que sustenta até hoje a prática pedagógica de ensino de língua portuguesa e, conseqüentemente, das imagens de analfabeto e alfabetizado-letrado que organizam e gerem o funcionamento geral da sociedade.

A propósito de um suposto roubo de um livro do acervo de uma das bibliotecas do Caraça cometido por D. Pedro II, por ocasião de sua visita, corria o boato de que fora deixado na estante, no espaço ocupado pelo tal livro, um aviso que dizia: "O livro que tinha aqui foi roubado por D. Pedro II, quando visitou o Caraça.". O Padre José Tobias Zico, em resposta a uma matéria publicada pelo *Jornal do Brasil* em 21/02/1984 sobre tal boato, faz três observações sobre o fato *para bem da verdade... e da gramática*. Destaco, aqui, parte da resposta:

*O livro que tinha aqui... Tal solecismo não era permitido no Caraça nem mesmo nas conversas de recreio entre os alunos.*

Falar e escrever corretamente a língua portuguesa era uma preocupação constante no Caraça, não só em sala de aula, mas sempre que tivesse um professor ou um aluno mais adiantado por perto, e até mesmo na

correspondência pessoal. Eles não permitiam erros que desabonassem o nome do Colégio. Os solecismos, barbarismos, anacolutos eram combatidos tenazmente, assim como as concordâncias e as pronúncias interioranas. Os novatos sofriam terrivelmente, mas acabavam aprendendo, falando corretamente, *civilizando-se*, como diziam. Certo X errado, adequação X inadequação, civilização X barbárie ...

Havia nas práticas do Caraça uma intensa atividade textual, como forma de regulamentação, organização e administração do conhecimento, dos estudos, do aprendizado, mas também de disciplinarização do sujeito: um “homem virtuoso e político, útil à Igreja e à Pátria”, ou seja, como lugar de estruturação da subjetividade pela constituição de determinado tipo de leitor e de autor, capazes de fazer funcionar um país, uma nação, neste imaginário que aí se constrói e reproduz.

Gostaria de mencionar as atividades extra-classe dos alunos apenas para dar uma idéia dessa atividade textual que no momento estou analisando. Ali, a leitura era o “alimento para a alma” desses jovens que tornar-se-iam homens sábios e eleitos de Deus.

1. Academias Literárias em número de 4: “Academia Nossa Senhora Mãe dos Homens”, “Academia Caracense”, “Academia dos Desabusados”, “Academia São Luís”, contando com sede própria, sob as árvores, para reuniões ordinárias.

2. Leitura no refeitório, quando cabia ao aluno, previamente selecionado, fazer uma leitura de textos em latim e em português, de diferentes modalidades e tipos, em voz alta, sem qualquer “erro”, na presença de todos os colegas e do Superior, no café da manhã, no almoço e no jantar. Ali preparava-se o que deveria ser um “bom leitor”.

3. Ensaio de música para apurar o gosto artístico. Os que não tinham aptidões para a música desenvolviam outras atividades como: ensaio de peças teatrais, ensaio da leitura em voz alta, trabalhos na encadernação, no apiário, na horta, na biblioteca.

4. Ida às bibliotecas. No Caraça havia 3 bibliotecas: uma dos padres com cerca de 30.000 volumes; outra dos alunos, formada por livros usados nas aulas e por coleções de romances lidos durante as férias e uma terceira das Academias, com obras literárias escolhidas, que deveriam ser lidas nos feriados pelos seus membros.

Nessa prática textual, materializa-se a relação entre Língua, Religião, Conhecimento e Ensino, inscrevendo a língua na história - para que ela signifique - e construindo espaços de memória para o sujeito atuar. Nessas

nas aulas e por coleções de romances lidos durante as férias e uma terceira das Academias, com obras literárias escolhidas, que deveriam ser lidas nos feriados pelos seus membros.

Nessa prática textual, materializa-se a relação entre Língua, Religião, Conhecimento e Ensino, inscrevendo a língua na história - para que ela signifique - e construindo espaços de memória para o sujeito atuar. Nessas práticas, os modos de ler e gestos de interpretação são regrados e regulados, exercendo uma função organizadora do espaço de produção da linguagem em que se estabelecem fronteiras precisas entre o certo e o errado em uma língua de e para poucos.

## Notas

- <sup>1</sup> Texto apresentado na Mesa Redonda “História das Idéias Lingüísticas no Brasil”, no II Encontro Interno do GT de Análise do Discurso da ANPOLL, em Florianópolis, no período de 11 a 12 de outubro de 1999.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, José Carlos Souza. “Igreja Católica no Brasil: um estudo de mentalidade ideológica”. São Paulo: Paulinas, 1986.
- GUIMARÃES, Eduardo. “História da gramática no Brasil e ensino”. In: *Relatos* No. 5. Campinas: Unicamp, 1997, 7-13.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. “Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico”. Petrópolis/RJ: Vozes, 1996.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. “Discurso, imaginário social e conhecimento”. In: *Em Aberto*, n. 61, ano 14. Brasília/DF: INEP, jan./mar. 1994, 53-59.
- PÊCHEUX, Michel. “Ler o arquivo hoje”. Trad. Maria das Graças L. M. do Amaral. In: *Gestos de Leitura: da história no discurso*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994, 55-64.
- PÊCHEUX, Michel. (1982) “Delimitações, inversões, deslocamentos”. Trad. J. H. Nunes. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos* n. 19. Campinas/SP: Unicamp/IEL, jul./dez. 1990, 7-24.
- SILVA, Mariza Vieira da. “História da alfabetização no Brasil: a constituição de sentidos e do sujeito da escolarização”. Tese de doutorado. Campinas/SP: 1998.

- SILVA NETO, D. Belchior J. da. "Dom Viçoso, Apóstolo de Minas". Belo Horizonte, MG: 1965.
- SARNELIUS. "Guia sentimental do Caraça". Belo Horizonte, MG: Imprensa Oficial: 1953.
- ZICO, José Tobias. "Caraça e a Família Imperial". Belo Horizonte, MG: Edit. O Lutador, 1991.
- ZICO, José Tobias. "Caraça: Parque Natural e Arquivo do Colégio". Belo Horizonte, MG: Edit. O Lutador, 1990.
- ZICO, José Tobias. "Caraça: peregrinação, cultura, turismo". 5ª edição. Belo Horizonte, MG: Edit. Littera Maciel, 1988.
- ZICO, José Tobias. "Caraça: ex-alunos e visitantes". Belo Horizonte, MG: Edit. São Vicente, 1979.